

Falta comando firme

Cardoso, Fernando Henrique

ROBERTO SATURNINO BRAGA*

Hélio Jaguaribe, reconhecidamente um dos pensadores mais lúcidos e brilhantes que o Brasil tem produzido nos últimos tempos, publicou dois artigos no **JORNAL DO BRASIL** comentando o desgaste do governo FHC, que ele atribui primordialmente à política econômica.

O segundo artigo (*Que fazer?*), publicado em 2 de agosto, que me chamou especialmente a esta discussão, começa repetindo o julgamento, já apresentado no primeiro, segundo o qual Fernando Henrique Cardoso é o mais qualificado titular da presidência na história da República. Trata-se de um julgamento feito claramente segundo critérios acadêmicos, que valorizam sobretudo a formação e a inteligência típicas das atividades da Academia, capazes de dar conteúdo e brilho aos discursos do professor, com grande capacidade de convencimento.

São qualidades, ademais, que deve ter um estadista, um político de descortino mais amplo no espaço e mais profundo no tempo. De um chefe de governo, entretanto, são exigidas outras qualidades a mais, bem distintas destas.

Refiro-me aos atributos típicos do executivo: o discernimento claro na realidade da crise e a capacidade de decisão, de enfrentamento das situações difíceis com a firmeza e a dureza necessárias, qualidades que não são frequentes na estrutura psicológica do acadêmico. E o fato é que precisamente essas são as grandes carências do presidente Fernando Henrique. Sem dúvida, faz ele uma bela impressão em todo o mundo, com sua cultura poliglota, o que, em si, parece bom

para o Brasil; mas, na turvação ante a realidade e na fraqueza das suas decisões, encaminha a nação segundo uma lógica que não é a dos seus interesses objetivos.

Fato também é que Brasil e Rússia, no cenário internacional da década que finda, foram os grandes países otários no jogo da globalização. Só que a Rússia tenta agora, com muita dificuldade, corrigir o rumo de sua política, e o Brasil não o faz. Fernando Henrique não é o responsável único por erros graves que começaram com Collor e tiveram em Ciro Gomes um dos principais atores. Erros que jogaram nossa economia na armadilha dentro da qual, se crescer, faz crescer mais as importações que as exportações e acaba estrangulada pelo déficit externo. Não é o único responsável, só que a hora é dele, a hora passa e ele nada faz por mudar este quadro e a diretriz político-econômica. Ao contrário, envaidecido pelo aplauso internacional, perde o discernimento que o professor Jaguaribe poderia lhe abrir e aprofunda a vulnerabilidade e a dependência de nossa economia, acrescentando-lhe irresponsavelmente o passivo externo.

Hélio Jaguaribe coloca no constrangimento externo; na impossibilidade de o Brasil superar os enormes déficits do balanço de pagamentos, a causa da estagnação econômica e do desgaste do governo. E respondendo à pergunta – que fazer? –, dá uma receita correta para romper este constrangimento em três linhas de ação, indispensáveis, cuja implementação, entretanto, requer, em resumo, capacidade de negociação do governo brasileiro: capacidade de endurecimento e de confronto como condição de uma nego-

ciação eficaz. O Brasil, com disposição de enfrentamento, pode realizar em boa dose um controle do câmbio eficaz, imprescindível para a superação daquele estrangulamento, sem romper com a OMC e a comunidade financeira internacional. Podia ter negociado condições de melhoria do balanço de pagamentos nas privatizações e não o fez. Ainda pode fazê-lo, mesmo com mais dificuldade. Para tanto, o país sempre teve grande habilidade de negociação. Se agora ela lhe falta, é porque o comando superior é frouxo.

Para terminar, se o professor Jaguaribe tem razão em apontar o constrangimento externo como principal vilão, é preciso atentar também para a questão interna, que é gravíssima. É preciso compreender que, independentemente do desfazimento do nó externo, coisas muito importantes podem ser feitas entre nós brasileiros: uma boa tributação dos ricos, alguns bons estímulos ao investimento nos negócios pequenos; bons esforços na capacitação desses pequenos e nos mecanismos específicos de financiamento; boa redistribuição através de bolsa-escola generalizada, como início de um programa de renda mínima; programas especiais de geração de emprego, muita coisa enfim. Na saúde, por exemplo, o governo tem feito um bom trabalho e o Congresso ajudou com a vinculação de recursos. Muita coisa; inclusive uma certa flexibilização de política fiscal, enfrentando também o FMI. Mas é claro que o comando de cima tem de ser firme, não pode ser frouxo.

*Senador (PSB-RJ)